

**TERRITORIALIDADES E LUTAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA
ORIENTAL: narrativas camponesas na região do Bico do Papagaio
(1970 a 2016)**

**TERRITORIALITIES AND SOCIAL FIGHTS IN EASTERN
AMAZON: people narratives from Bico do Papagaio (from 1970 to
2016)**

Luciano Laurindo dos Santos

Professor da Rede Estadual de Educação do Estado do Pará, Marabá, Brasil.
Doutor em Geografia (UNIR)
luciano_to@hotmail.com

Mauro José Ferreira Cury

Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Foz do Iguaçu, Brasil
Doutor em Geografia (UFPR)
maurojfc@gmail.com

Ricardo Gilson da Costa Silva

Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Brasil
Doutor em Geografia Humana (USP)
rgilson@unir.br

Resumo

Se há uma região onde os conflitos agrários e territoriais aparecem como particularidade, certamente o Bico do Papagaio, localizada na Amazônia brasileira, destaca-se nessa triste história de lutas por terra e território. Esse texto analisa as territorialidades camponesas, a partir das narrativas dos sujeitos sociais, recorrendo à memória como parte do vivido territorial, resultado das ações de homens e mulheres que dedicaram parte de suas vidas ao que deveria ser um bem comum a todos, um pedaço de terra.

Palavras-chave: Território. Memórias. Campesinato. Espaço Agrário.

Abstract

If there is a region where agrarian and territorial conflicts appear as a particular feature, Bico do Papagaio, located in Brazilian Amazon, certainly is one that stands out in this sad history for land and territory. Thus, this work analyses peasant territorialities from social subjects' narratives, using memory as part of life in the territory because of men and women actions who had dedicated part of their lives to what should be a common good for everyone, a small piece of land.

Keywords: Territory. Memory. Peasantry. Agrarian Space.

Introdução

A expansão do capital na Amazônia brasileira vem se constituindo com imposições sociais conflituosas, quase sempre subalternizando os grupos e classes sociais mais vulneráveis e marginalizados dos meandros do poder estatal, referente aos processos de apropriação da natureza e de seus recursos estratégicos (BECKER, 1982; HALL, 1991). Essas relações de poder, dentre outros processos que conformam os mosaicos territoriais na região, procuram delinear os limites da ação política e de acesso à terra e aos territórios dos povos amazônicos.

Nos parece ser assim os processos socioespaciais que configuraram a região do Bico do Papagaio, espaço geográfico objeto deste texto, nos quais destacamos as narrativas e memórias dos sujeitos sociais que de formas diversas fizeram de suas vidas os caminhos de resistências e de perseveranças no espaço regional amazônico mais perigoso às formas coletivas de luta social (territorialidades).

Nessa perspectiva, delineamos a pesquisa compreendendo a região do Bico do Papagaio como composição de territórios e territorialidades em curso, a qual ressalta-se como objetivo o registro territorial das narrativas dos camponeses e povos amazônicos em suas contínuas ações políticas para se firmarem e afirmarem-se em seus espaços de reprodução social e econômica (territórios e territorialidades).

Cabe destacar que a composição de múltiplos territórios também resulta das resistências (ALMEIDA *et al.*, 2005), no plano geral, às políticas públicas territoriais que configuraram a Amazônia e, especialmente, a região do Bico do Papagaio, como campo de acumulação do capital agropecuário, mineral e energético, invadindo os múltiplos territórios dos povos amazônicos, assim como, dos migrantes em sua maioria formados por famílias camponesas (SADER, 1987; VELHO, 1981; HÉBETTE, 2004). Resumidamente, a colonização agrícola, migração, incentivos à agropecuária e à mineração, expansão urbana, redes de transportes e telecomunicações, configuraram a região como espaço de acumulação do capital, sendo a *porteira* por onde essas ações governamentais impuseram à região, a partir da década de 1960, a “experiência laboratorial” de políticas públicas territoriais (BECKER, 1982).

Desta forma, como objetivo, prioriza-se as narrativas e experiências das lutas e formas de organização política (as territorialidades) dos camponeses e povos amazônicos para com a afirmação de seus espaços de reprodução socioeconômico e cultural

(territórios), no âmbito das lutas sociais que qualificam a região Bico do Papagaio como mosaico de territórios e territorialidades.

A metodologia adotada se caracteriza pelo estudo geográfico qualitativo, priorizando o trabalho de campo e as narrativas dos camponeses que tiveram atuações importantes nas lutas sociais para com a afirmação de seus territórios. As entrevistas e diálogos subjetivos foram registrados nos trabalhos de campo, priorizando os sujeitos sociais quilombolas das comunidades Ilha de São Vicente, Prachata, Carapiché e Ciriáco, e lideranças dos sem-terra que participaram diretamente das ações socioterritoriais em análise. Buscou-se os entrevistados mais experientes na luta social de cada comunidade, representantes das associações dos respectivos territórios, lideranças quilombolas do Bico do Papagaio e representantes das organizações não governamentais que atuam juntamente com os povos amazônicos de modo a ressaltar suas ações no processo geral das lutas sociais. Ao todo, foram entrevistadas 15 pessoas, com um total de 35 horas de oralidades/diálogos gravadas.

Figura 01: Localização da área de estudo



Fonte: Santos (2019).

A área de estudo compreende a região Bico do Papagaio, espaço transfronteiriço entre os estados brasileiros do Maranhão, Tocantins e Pará (Figura 01). Trata-se de uma Mesorregião composta por 66 municípios, constituído a partir do Decreto Federal nº 6.047 de 22 de fevereiro de 2007. Nesta região há a confluência entre os biomas do Cerrado e Amazônia com a Mata de Cocais, um espaço transicional com expressiva presença de babaçuais.

Deve-se ressaltar as inúmeras territorialidades como estratégias coletivas em vários casos conflitantes em relação às formas socioeconômicas de uso do território, resultantes de um processo histórico em que foram atuando inúmeros sujeitos sociais que, no espaço e em sua temporalidade, estabeleceram redes e relações de poder, os quais destacam-se os indígenas, os posseiros, os ribeirinhos, pescadores, os castanheiros, as quebradeiras de coco, garimpeiros, sem-terra, quilombolas e, do lado do capital, pecuaristas, mineradoras e hidrelétricas, sendo estes três últimos os que apresentam, na região, maior visibilidade política e econômica nas disputas territoriais, sempre com forte apoio governamental.

A região do Bico do Papagaio apresentou população estimada, em 2018, de 1.885.098 pessoas, destacando-se os municípios de Marabá (PA), Imperatriz (MA) e Parauapebas (PA), onde os dois primeiros possuem quantitativo populacional acima de 200 mil habitantes e o terceiro, apesar de a população ser menor, abriga mais de 190 mil pessoas. Os demais 63 municípios apresentam dimensões demográficas menos expressivas quando comparadas aos três municípios citados, em geral, na faixa de 10 a 25 mil pessoas. No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, percebe-se uma situação explícita de pobreza.

Território, territorialidades e relações de poder

Os conceitos de território e territorialidade têm sido amplamente acionados nas ciências sociais para compreender certos tipos de conflitos sociais, qualificados na relação de um grupo social para com a efetivação de seus projetos num espaço geográfico determinado. Toda relação e convívio social são mediatizados por mecanismo de poder, cujas tensões cristalizam-se quando esses projetos são conflitantes, por vezes contraditórios, em geral, emergindo ao processo a ação do Estado, do capital e de grupos

sociais diretamente atingidos.

Esses conceitos contribuem para o entendimento do mundo concreto vivenciado por sujeitos sociais marginalizados, sendo a chave de leitura para a apreensão dos conflitos ambientais, sociais e territoriais que tem na centralidade da relações de poder (político-territorial) a base de interpretação dos mosaicos conflitivos que permeiam a América Latina, sobretudo, em função da expansão e intensidade do capital nos processos de expropriações de povos e da natureza, como se vê aceleradamente na Amazônia brasileira.

No plano geral, o território é morada, abrigo, recurso, memória, espaço apropriado por um grupo social ou agente individual, necessário à sua reprodução social, cultural e econômica, por isso mesmo, é espaço político por excelência (GOTTMANN, 1975; SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 2000). A centralidade da categoria território está nas relações de poder que dá existência ao grupo, agente e sujeito social que vivenciam o processo territorial. Não há território sem centralidade política.

No âmbito da renovação teórica em geografia, Raffestin (1993) contribui ao propor uma nova epistemologia do território centrada na compreensão das relações de poder como processo multidimensional e multiescalar que produz controle e imagem dos espaços apropriados, ou seja, o território. Na análise, o autor distingue o Estado como agente político importante na produção do território, mas reconhece a ação de outros agentes nas relações de poder inerente ao processo territorial. Entende o autor o poder como processo relacional, incorporando outros agentes que influenciam, a partir de suas estratégias (territorialidades), o controle do espaço objetivado, ou seja, o território.

A partir das relações de poder, o território deve ser compreendido como expressão concreta do trabalho pensado e construído pelos sujeitos envolvidos (ator sintagmático), qualificando o espaço objetivado com a centralidade do poder (relações) e do trabalho enquanto projeto de território. Assim, na gestão do território em que o Estado tem as condições políticas e normativas da ação pública para com o espaço objeto de intervenção, outros agentes podem advogar projetos diferentes e contraditórios, buscando, na ação política (territorialidades), formas de influenciar ou modelar a ação estatal, de modo a configurar o território.

As atuais pressões do capital, por exemplo, para abrir as terras indígenas à exploração mineral e agropecuária (COSTA SILVA, LIMA, 2020), e as resistências dos

povos indígenas, dos movimentos sociais e instituições de pesquisa a esse processo, materializa e exemplifica as disputas territoriais vigentes (ALMEIDA et al., 2019). A territorialidade dos agentes envolvidos no processo designa tanto as estratégias políticas de defesa e influência, quanto as relações cotidianas que garantem a existência do grupo no território. A territorialidade é o viver territorial cotidiano. Em Raffestin (1993) a territorialidade expressa a multidimensionalidade do “vivido territorial”, associando tanto à defesa do território, quanto a sua apropriação simbólica, o que permite a socialização do grupo sujeito do processo à identidade coletiva forjada na dinâmica vivida do espaço apropriado – sua coesão social para com o território. Para Sack (1986) a territorialidade deve ser compreendida como *estratégia espacial* do grupo social para, de forma diversa, atuar no controle direto ou indireto dos processos que configuram o devir territorial. Essas estratégias podem ser acionadas ou desativadas conforme a ação do grupo. Em outras palavras, a territorialidade representa o vivido territorial, o que relaciona as multidimensionalidades do grupo na vida social para com a efetividade de seu território.

Esse debate qualifica-se em Haesbaert (2004), para quem o conceito de território converge com controle político, em sua dimensão física e econômica, de um espaço determinado, com a dimensão simbólica e identitária dos grupos que os constituem e que disputam o território. Conceitualmente, o autor articula o sentido mais concreto e econômico (dominação) com a carga cultural e simbólica (apropriação). Assim, no processo territorial, a depender das correlações de forças entre os grupos e agentes, pode ser mais proeminente, ora a dimensão econômica e funcional, ora os aspectos culturais e simbólico-afetivos, ou ambos, considerando a situação concreta, o que expressa a multidimensionalidade do vivido territorial.

Na perspectiva econômica-funcional, o território é delimitado, fixo, qualificado em seu valor de troca, cujo agentes principais são o Estado e o capital. Em sua dimensão cultural-simbólica-afetiva o território é fluido, espaço da apropriação simbólica e memória, distinto em seu valor de uso. Em situação de conflito territorial, essas dimensões políticas cristalizam-se – tanto o econômico, como o cultural são dimensões políticas do território –, a exemplo do que vem ocorrendo nas ações do agronegócio em suas tentativas de expropriação e desterritorialização dos camponeses, povos e comunidades tradicionais amazônicas que vivem em territórios tradicionais.

A multidimensionalidade é ressaltada por Saquet (2015), que compreende o

território em sua condição (i)material, com destaque para fatores e processos político-econômicos e culturais. A reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização produz o território, fruto do exercício do poder por grupos ou classes sociais. Na abordagem territorial, Saquet sublinha os componentes que formam o território – redes, identidade e poder –, sendo composto por relações interligadas, articuladas, imperativas ao seu funcionamento e às suas dinâmicas internas e externas. Dessa forma, o território assume processos múltiplos e Saquet assevera a indispensável ação do pensamento em não dissociar a (i)materialidade da vida, manifesta na relação indissociável da economia, política, cultura e natureza (E-P-C-N).

No que concerne especificamente à territorialidade humana, o autor reconhece que esta constitui relações de poder, econômicas, políticas e culturais. As territorialidades, assim como os territórios, são múltiplas, sobrepostas e em unidade. Existe uma articulação temporal e territorial, na qual há convergências, fases, períodos, ritmos, tempos, territórios, diversidades e unidades. A compreensão de territorialidade de Saquet (2015, p. 129) é apresentada como “o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social”. Observa-se que o conceito apresentado está de acordo com a perspectiva de Raffestin (1993), que compreende a territorialidade como relacional e dinâmica, o que reconhece a sua variação no tempo e no espaço por apresentar um caráter (i)material.

Acrescentamos que um dos recursos analíticos para compreender os territórios e territorialidades em suas transformações contínuas pode ser acionado pelas narrativas dos sujeitos sociais que vivenciam e/ou vivenciaram os conflitos criadores de territórios. As relações de poder são imanentes ao devir territorial, e as narrativas certamente auxiliam nas memórias dos sujeitos ativos da relação social. Há uma estreita relação entre memória, narrativa e lugar (SADER, 1990; POLLAK, 1992) onde os acontecimentos que envolvem os sujeitos se realizam nas articulações de redes de poder e simbólicas, elementos da cultura construída nos processos de territorialização e desterritorialização. A partir das narrativas foi possível compreender as relações de poder na região de estudo, permeadas pelas lutas e ação de sujeitos – as territorialidades - que vivenciaram e continuam a vivenciar o território.

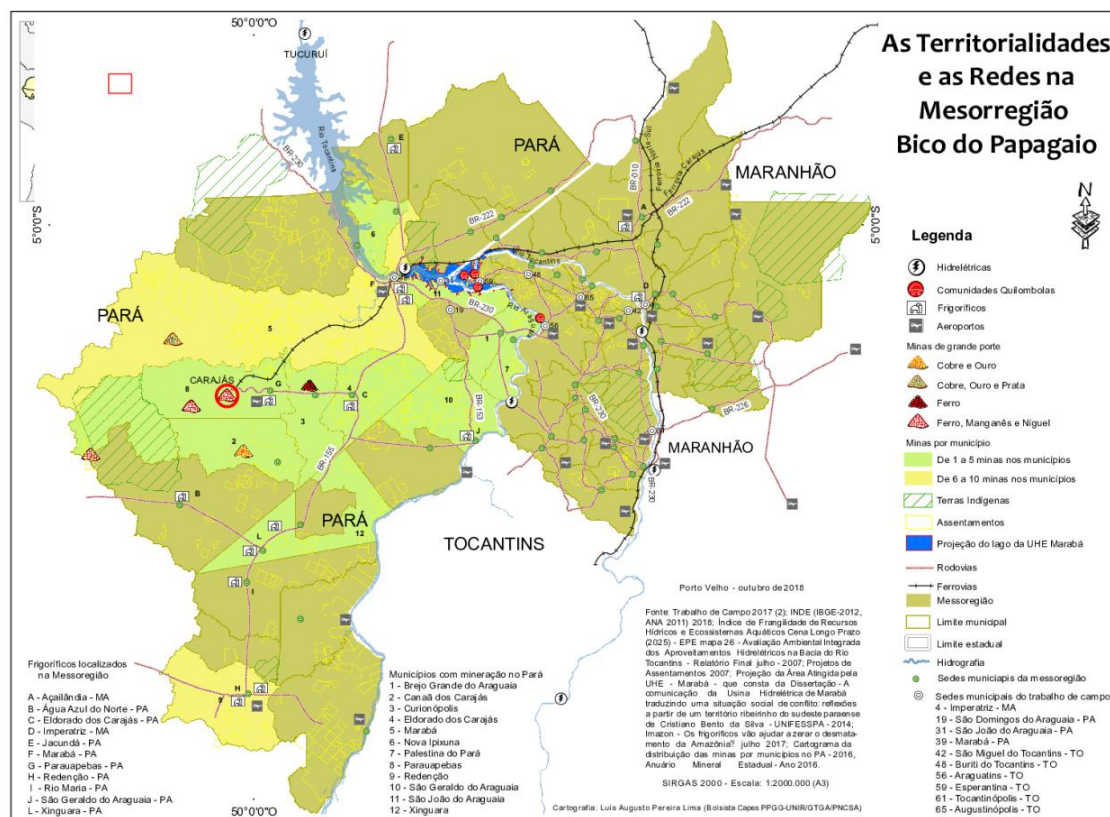
A territorialização das relações de poder na região Bico do Papagaio

A região do Bico do Papagaio, a partir da década de 1960/70, no chamado período de “modernização econômica” da Amazônia, é referência nos estudos regionais e singular memória na geo-história amazônica em função dos inúmeros conflitos agrários multiescalar e multidimensional que povoaram a memória local e configuraram a região como “porta de entrada” da modernização e da violência do capitalismo na hileia (VELHO, 1981; KOTSCHO, 1981; SADER, 1987 e 1990). Na região, anteriormente, o tempo social baseava-se nos fluxos mercantis que, em grande medida, dependia do tempo da natureza. Assim, não havia rodovia, sendo os rios o espaço, por excelência, dos fluxos mercantis e populacional, o nexo entre as várias comunidades ribeirinhas, núcleos urbanos, pequenas e grandes cidades.

Com a ditadura militar que se implantou no Brasil em 1964, o governo dedicou especial atenção à Amazônia, modificando seus aspectos geopolíticos, econômicos e demográficos. Um pacote de grandes projetos de infraestruturas, mineração, estradas e estímulos à migração inter-regional reconfigurou a região, tornando-a mais vinculada aos fluxos econômicos nacionais, constituindo, assim, conforme designou Becker (1982), em nova fronteira de recursos. A estrada Belém-Brasília, o Projeto Grande Carajás, a Hidrelétrica de Tucuruí e a expansão da agropecuária, com apoio do Banco da Amazônia – BASA e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, os migrantes, colonos e a expansão fundiária sob a gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, compuseram as grandes variáveis das transformações espaciais no Bico do Papagaio.

Todas essas infraestruturas e agências públicas de gestão política da região trouxeram, em seu processo interior, redes de poder que serviram, e ainda servem, para mediar e produzir conflitos *pari passu* à gestão dos interesses políticos na ocupação do espaço objeto de ação (SANTOS, 2019). As redes de energia elétrica, de telecomunicações, a Ferrovia Carajás-Itaqui, os aeroportos de Marabá e Carajás, ambos no Pará, e o de Imperatriz, no Maranhão, além das rodovias Transamazônica e Belém-Brasília, os Quartéis do Exército, frigoríficos, dentre outros, constituem os elementos emergentes que qualificaram a nova relação socioespacial e as novas redes de poder na região (Figura 02).

Figura 02: Configuração territorial e redes de poder no Bico do Papagaio



Fonte: Santos (2019).

A territorialização das redes de poder – agentes, infraestrutura e agências públicas – ressignificaram a escala das relações sociais, sobretudo quando a ação do capital, sob a proteção do Estado e suas agências, ensejou processos socioeconômicos que não mais se centralizavam na escala local. Desse modo, evidenciou-se a construção de outra temporalidade, do tempo social do capital que percorre a escala nacional e internacional, por meio dos fluxos mercantis, povoando os lugares com suas lógicas econômicas estranhas e exógenas, qualificando a territorialização das relações de poder dos novos agentes.

Contudo, o espaço é produto histórico, povoados por sujeitos, vida, natureza e memória, dinâmicas socioespaciais que negam a tese de espaço vazio elevada na geopolítica da ditadura militar. Os sujeitos sociais, as comunidades rurais, os povos étnicos que viviam na região tiveram suas vidas, seus lugares e seus territórios transformadas para sempre. Os povos indígenas, camponeses sem-terra, quilombolas, dentre outros, forçosamente transformaram suas economias mercantis obrigados pela

ação governamental e do capital. Foram ameaçados e pressionados pelas novas lógicas econômicas de exploração dos recursos naturais da região, atingindo diretamente os territórios dos povos amazônicos (PEREIRA, 2013; CHAVES, 2015; SANTOS, 2019). A lógica governamental, por meio de planos, programas e projetos, ampliou as pressões políticas nos territórios tradicionais, composto por sujeitos de inúmeras identidades coletivas, que percebem o território como extensão de suas vidas, tendo ali seus laços, suas identidades, seus sonhos, sua autonomia, memórias que, no conjunto, compõem suas narrativas.

Na memória e nas narrativas dos sujeitos sociais, a Guerrilha do Araguaia assume singular importância, evento histórico que marcou a vida das pessoas mais simples. A Guerrilha do Araguaia, ocorrida no início da década de 1970, por muitos, é considerada como um marco importante, visto que a região passou a ser conhecida por milhares de pessoas em todo o Brasil, em função do conflito armado que envolveu o Exército brasileiro e os militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B). A partir deste conflito armado, os indígenas, sem-terra, quilombolas, dentre outros, habitantes locais há gerações nas margens do rio Araguaia, foram forçosamente envolvidos neste evento, pois, conheciam bem todo a região, sendo obrigados a guiar e “colaborar”, sob ameaças diversas, com os militares em busca dos ditos “terroristas” embrenhados na floresta.

O Exército teve um papel singular nesse processo de expropriação dos sujeitos do território durante e após a Guerrilha do Araguaia. A perseguição aos posseiros e demais sujeitos de “economia tradicional” foi constante. O Exército continuou com ações e táticas visando desorganizá-los, expropriá-los e de controlá-los, conforme podemos observar na seguinte oralidade:

Depois da Guerrilha do Araguaia o Major Curió criou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em São João do Araguaia. Então... foi o primeiro sindicato. Aí colocou lá o presidente, a diretoria e quando a igreja começou a fazer a discussão, aquele sindicato que era criado por ele, mas não beneficiava os pequenos. Ninguém, era só o nome sindicato! E então, a discussão para os trabalhadores, aí vem: nós aqui, naquela época, foi a expulsão de muitos trabalhadores do Maranhão, de tudo quanto foi canto. Então, aqui povoou a vila, e o povo não tinha trabalho. Aí, o sindicato daqui começou a fazer a discussão por terra, os trabalhadores e os sindicatos não aceitavam, porque era ordem do Major Curió. Aí então, a gente começou a luta para tirar o sindicato da mão do presidente que existia, que era... e do comando que ele tinha. Aí foi a luta, foi lutando, conseguimos filiar muita gente no sindicato, era pouca gente filiada. Depois, na hora da assembleia, votamos num presidente e ganhamos a

chapa. Aí, o sindicato foi trabalhar na questão da terra. É, de... apossar o povo na terra. (Entrevistada 01, coordenação regional do MIQCB no Pará, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

A narrativa da líder sindical do sudeste paraense retrata o quanto os militares, mesmo após o fim da Guerrilha do Araguaia, continuaram a exercer ações de violência e desorganização dos posseiros no Bico do Papagaio. Como na década de 1970 e 1980 os sindicatos eram novidade na região, sobretudo como instrumento de luta pelos direitos dos (das) trabalhadores (as) rurais, tal organização representou uma espécie de perigo para os grileiros, fazendeiros e empresários. A resposta governamental veio com a atuação do Major Curió, figura militar que, por muito tempo, representou para o Estado e o capital o agente que perseguia qualquer organização dos camponeses que erguia a luta por direitos dos (das) trabalhadores (as). O Major Sebastião Curió atuou fortemente no processo de controle das lideranças, através dos sindicatos, como foi o caso da cidade de São João do Araguaia, no sudeste do Pará.

A atuação do Major não se restringiu apenas em controlar sindicatos, o mesmo atuava, também, nas ações de violência durante os atos organizados pelo movimento social dos trabalhadores, conforme relatou Raimunda Gomes, ou simplesmente Raimunda Quebradeira, ao descrever o ato de violência que sofreu juntamente com seus companheiros durante uma missa, no município de Sampaio, extremo norte do atual estado de Tocantins, na época, ainda estado de Goiás:

Teve um encontro, que eles estavam ajeitando pra ir no Sampaio, que atiraram lá no Sampaio, na praia, e eles estavam indo pra lá... pra botar uma cruz lá... na areia da praia do Sampaio, eu nem conhecia esse Sebastião Curió e disseram que era o Sebastião Curió que tinha feito isso. Eu nunca tinha passado por um vexame assim de... pistoleiro, dessas coisas. Mas, elas me chamaram e eu digo, “vou. Eu vou”. Para nós irmos... Nós pegamos barco, aqui na Bela Vista e fomos pra lá, pra botar essa cruz lá. Aí, lá foi a primeira vez que eu vi o Nicola. Participamos lá, muita gente. Eu não sabia nem a noção que tinha de eu participar dessas coisas, de... o perigo que a gente estava correndo, mas eu, parece que Deus me dava mais coragem pra eu ir [...]. (Entrevistada 02 Quebradeira de coco e sindicalista, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

Até então, os posseiros estavam sem apoio e desorganizados, expostos às ações de grileiros, pistoleiros, fazendeiros, dentre outros, quando perdiam suas posses e sofriam todo tipo de violência. Na região, a violência cada vez se tornara a estratégia principal para conter qualquer movimento social dos pobres camponeses e povos amazônicos, seja

os que foram expulsos da terra e do território, ou os que a ela lhes foram negados qualquer acesso. Registra-se que muitos deles eram migrantes recém chegados à região, mobilizados pelos sonhos de acesso à terra que, por vezes, foram incentivados pela propaganda governamental na tese do “espaço vazio”.

A memória dos percursos geográficos, da migração, dos sonhos e do sofrimento compõe a narrativa dos muitos migrantes, homens e mulheres, em que as condições mais básicas para o desenvolvimento humano – terra e trabalho – lhes foram aviltadas, sendo lhes proibido até o direito ao protesto, à manifestação dos seus mais basilares elementos materiais da dignidade humana.

A migração e o povoamento constam como percurso dos sujeitos sociais em seu (des)encontro com o lugar, conhecendo os obstáculos sociais para com os mais sofridos desta periferia do Brasil, conforme se observa no relato abaixo:

Eu cheguei aqui em 1979, no dia 6 de novembro de 1979. Quando eu cheguei aqui nesse lugar, só meu irmão tinha esses dez alqueires de terra e já tinha comprado da mão de um senhor (João Carrinho), que andava grilando terra por aqui. Ele chegou no mesmo ano, ele estava lá... grilando essas terras, que foi em 74. Eu fiquei lá no Pindaré, aí cheguei aqui só em 79. Aí meu irmão tomava prejuízo na roça dele, porque aquela fazenda daquelas teca que tem ali, que vocês viram na beira do caminho, era cheia de gado, de coco babaçu. Que essa fazenda era do doutor João. (Silêncio) Doutor João de Castro Neto. Era um juiz de direito que morava em Araguaína, aí ele tinha tomado essas terras dos trabalhadores e estava ali mesmo, onde tinha esse pedaço apegado com ele, mas, ele governava 7 comarcas aqui na... [...] então, nesse lugar tudo era um despejo desgraçado de tanta gente. Tem pessoas que já moravam aqui 10 anos, 20 anos, um bocado de ano. E aí era despejado dos lugares pros fazendeiros, os pecuaristas tomarem de conta dessa terra para criar gado, para fazer isso aí. Aí eu cheguei aqui, estava nessa confusão. Os pobres não tinham nada. Aí não tinha para quem chamar as pessoas, pra onde ir atrás dos seus direitos, não tinha... não tinha sindicato, não tinha... nada. (Entrevistada 02, líder sindical e quebradeira de coco, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

Migrante maranhense, veio do município de Bom Jardim, no Maranhão, especificamente de um lugar denominado Centro do Antonhão. Sua família não tinha posse da terra e vivia do trabalho agrícola por meio da meação. A roça familiar era feita em terra de outros, cujo pagamento do arrendamento ocorria na devolução de parte dos produtos agrícolas colhidos. Como se sabe, os meeiros constituem uma das formas de trabalho e de reprodução social do campesinato. O sonho do acesso à terra, da conquista da autonomia, motivou esta trabalhadora a migrar com seus sete filhos, na década de 1970, para o então norte de Goiás.

Conforme o relato oral, o norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, não foi como ela pensava, local de terras sem dono, portanto, aberta ao campesinato. Na década em que ela chegou havia inúmeros fazendeiros e grileiros disputando terras com posseiros migrantes, esse foi o caso de sua família, que vivenciou o conflito social, a violência humana e simbólica na luta pela terra.

Os quilombolas e suas comunidades, que na época estavam na condição de posseiros, também vivenciaram todo esse processo de disputas por território no Bico do Papagaio, conforme se pode entender a partir da oralidade do senhor Antônio Pereira, uma liderança da comunidade quilombola Carrapiché, no município de Esperantina, estado de Tocantins.

[...] foi mais ou menos em 1974... não, 1975 para 1976. Foi nessa época. Os caras foram lá, falaram até para riscar o isqueiro para tacar fogo na nossa casa. A minha mãe passava a noite sem dormir, vigiando, sabe? E aí a gente saiu [...] Foi uma época, em 76, eu fui embora. Mas, até aqui, o que eu sei contar é isso [...] eles queriam matar, queriam tocar fogo nas nossas casas, aí a minha mãe, quem sempre vivia mais em casa era a minha mãe, meu pai saía para trabalhar. Aí a gente saía e voltava. Aí depois, a derradeira vez que a gente saiu, porque eles jogaram gado na nossa... dentro do nosso... benefício, né? A terra que era nossa, aí botaram gado e ficaram ameaçando a minha mãe de tocar fogo na casa [...] Aí eles pegaram e metendo impedimento para a gente sair, até que a gente saiu e não voltou mais [...] Aí a gente entrou numa terra no Araguaia, que ela não tinha nem pique, não tinha nada, era uma mata virgem. Aí a gente fez uma abertura, aí fez plantio e tudo mais. Isso, nós entramos para lá na época de 1970. Aí fizemos a abertura. Eu sei contar de 1970 até 1976. Em 1975 apareceram os donos, dizendo que era dono de lá. Aí a gente teve que sair [...]. (Entrevistado 03 – comunidade quilombola Carrapiché, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

Esses momentos de tensão relatados demonstram a situação de conflito vivenciado pela sua família no processo de expropriação, de separação do campesinato de sua terra, terra de trabalho. A crescente agropecuária, como atividade econômica, representava o símbolo da modernização do agrário amazônico, obtendo benefícios fiscais e vantagens políticas do Estado brasileiro para “limpar” a terra, seja com o desmatamento, seja com a expropriação de famílias camponesas. Em todo período da ditadura militar e na passagem para a democracia, em 1985, o Bico do Papagaio foi marcado pela progressiva violência no campo, com expropriação, conflitos e assassinatos.

Uma líder sindical do extremo norte do estado de Tocantins relatou um ato de violência ocorrido no interior de uma Igreja Católica recém-construída, na cidade de Augustinópolis. Segundo sua narrativa, no intuito de intimidar as ações dos camponeses

e suas organizações sociais, os fazendeiros locais foram os responsáveis pela invasão da igreja, fazendo uso de violência psicológica por horas contra os trabalhadores e missionários católicos, realizaram disparos de armas de fogo para atormentar os moradores locais. Referente a mesma década, nos anos de 1980, a líder sindical relatou os atos de violência que seu povo, a “Comunidade de Sete Barracas”, localizada no município de São Miguel do Tocantins, sofreu no ano de 1984, em função de um despejo judicial:

Aqui foi despejado do dia 18-19 de setembro... meu velho, de que ano? De 84. 18-19 de setembro de 84, nós fomos despejados por 160 policiais, daqui desse povoado. Foram queimadas as casas dos trabalhadores aqui e nós ficamos aqui, as crianças. Aí o fazendeiro veio, com gado pra jogar aqui dentro. Nós tínhamos 180 linhas de mandioca aqui dentro [...] Quando fomos despejados, nessa época, era o José Sarney, o presidente [...]. (Entrevistada 02/Raimunda quebradeira de coco e sindicalista, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

Dentre inúmeros atos de violências sofridos pelos trabalhadores(as) rurais posseiros, um Padre, ex-pároco no distrito de Vila Tocantins, município de Esperantina, relembra o seguinte ato de violência:

Tem um episódio aonde roças foram queimadas, inclusive veio o bispo e o padre Josimo porque numa fazenda chamada Santa Cruz, né? Santa Cruz e Ouro Verde, são duas fazendas que dá o conflito para a morte do padre Josimo Moraes Tavares. Com a morte de uma das pessoas que era responsável pela fazenda do Ouro Verde que ficou um período lá em decomposição que precisou vir o exército, policiamento para resgatar o corpo, acusaram que era o padre Josimo que tinha mandado matar, né? O padre Josimo não estava aqui [...]. (Entrevistado, 04, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

As narrativas apresentadas pelas lideranças comunitárias e religiosas relatam fatos e violências sofridas pelos/pelas trabalhadores(as) rurais na condição de posseiros(as), na realidade socioespacial do Bico do Papagaio, nas décadas de 1970/1980. Essas disputas territoriais resultaram, no final da década de 1980, no assassinato do padre Josimo Tavares, ocorrido em 10 de maio de 1986, quando subia as escadas da Mitra Diocesana de Imperatriz, Maranhão. Padre Josimo era coordenador da CPT Araguaia-Tocantins. Seu bárbaro assassinato foi um ato de respostas dos grileiros e fazendeiros da região aos posseiros e à Igreja Católica, em função da resistência que esta prestava aos desamparados, posseiros e expropriados da terra.

Tal episódio, juntamente com a criação do estado de Tocantins, marcou o final da década de 1980 na região do Bico do Papagaio, haja vista que, de um lado, a Igreja pressionou o Estado brasileiro, através de denúncias, inclusive internacionais, no que se refere à necessidade de resolver os conflitos pela posse da terra. No entanto, por outro lado, com a criação do estado de Tocantins, com a classe de políticos ora eleita, em boa parte, velhos conhecidos latifundiários da política goiana, migraram com o objetivo de estabelecer e dominar novos territórios. Tal situação culmina com uma maior pressão desse novo Estado da federação, através de suas autoridades políticas para com os posseiros, com constantes ameaças e inúmeras violências que estes passaram a sofrer, conforme o relato abaixo:

Com a criação do estado do Tocantins, aí já com a constituição, o governador eleito na época, o Siqueira Campos, também veio com a mão de ferro. Os dois anos dele aqui na região... foi uma região muito dura, né? Aonde ele, em cima de palanque, mandava prender um determinado grupo. Isso aconteceu em Sítio Novo do Tocantins. Aqui na região ele indicava um ou outro que ficava responsável por uma cidade. Aqui, o Zé Carneiro era uma dessas figuras. O Siqueira Campos ficou responsável por essa região [...]. (Entrevistado 04, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

Essa conjuntura de violência e expropriação territorial no Bico do Papagaio vai desencadear, já nos anos 2000, com pressões de fazendeiros sobre os territórios dos posseiros negros (que a partir de 2003, foram reconhecidos como quilombolas, conforme o Decreto nº 4.887), resultando na expulsão destes da Ilha de São Vicente, no município de Araguatins (TO), às margens do rio Araguaia, no ano de 2010, conforme a oralidade abaixo:

[...] Mas até 2010, é... eu sabia de todas as histórias da minha família, mas eu não tinha compreensão que... o nosso processo histórico, a forma como a minha família foi trazida para Araguatins nos tornava quilombolas, até 2010 eu não tinha essa consciência. E a minha identidade começa justamente a partir de 2010, que foi o ano em que a minha família, o tio Salvador, os filhos dele, sobrinhos, netos, foram despejados. E o primeiro conflito que culminou nesse despejo, é o processo. Ele foi aberto contra o meu tio, por um fazendeiro local, no ano de 2000. E, após esse período, o meu tio foi em várias audiências no fórum da cidade, mas ele não tinha advogado, ele foi sozinho, e depois chegou em 2010, o despejo foi concretizado. (Entrevistada 05, liderança quilombola da Ilha de São Vicente, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

Esse conflito territorial envolvendo quilombolas e fazendeiros, relatado pela líder comunitária, resultou na expulsão dos quilombolas, os quais tiveram suas casas e plantações queimadas e destruídas, e suas criações (porcos e galinhas) furtadas. No entanto, também por força judicial, no mesmo ano de 2012, os quilombolas retornaram à ilha, entretanto, numa área de apenas 32,574 hectares do correspondente territorial de 2.502,0437 hectares, os quais foram divididos em lotes de 50 metros de frente por 150 metros de fundo, para 48 famílias quilombolas. Como se percebe, a maior parte do território pertencente aos quilombolas está sob o controle de fazendeiros, num total de 20 invasores. Essa disputa ainda está tramitando na justiça federal, e até a data da pesquisa de campo, no ano de 2017, não havia uma decisão final sobre o destino do território. Há de se reconhecer que os conflitos e os atos de violência ora expostos nas narrativas dos sujeitos sociais que vivenciaram a violência na região, representa apenas uma parte de um conjunto de centenas de milhares de muitos outros conflitos que vitimaram inúmeros trabalhadores(as) ao longo desse período de quase 50 anos (CHAVES, 2015).

Estratégias coletivas de resistência: sindicatos, sem-terra, quilombolas e Igreja Católica (1970 a 2016)

Os trabalhadores rurais, na condição de posseiros, não dispunham de organizações sociais que os representassem e defendessem seus interesses de classe na região do Bico do Papagaio, até o início da década de 1970. As ações políticas, quando ocorriam, ficavam a cargo de indivíduos, lideranças camponesas, que organizavam e mobilizavam o campesinato, dado a latente situação de conflito.

Entre muitos camponeses, a atuação política de Manoel Conceição Santos, ferreiro e agricultor, nascido no município de Pirapemas, interior do Maranhão, ressalta-se na organização e orientação a milhares de trabalhadores rurais posseiros a resistirem as injustiças que condicionavam a vida social na região. Em seu relato, há um resgate de sua atuação enquanto liderança no Bico do Papagaio:

[...] Aqui, todas as ocupações dessa região do Tocantins, até o Buriticupu, foi tudo coordenado por mim... Todas, todas. Todas. Não teve uma que não teve a minha mão, a... umas eu organizei mesmo, eu não ia fazer a ocupação, mas eu reunia as pessoas e dava todas as... e discutia todas as táticas que tinham que ser feitas, todas [...] Eu fundei muitos sindicatos. Bastante sindicatos. Uns 6 ou

7. Primeiro, ... foi... Vitória do Mearim, foi em 1968 mais ou menos. O primeiro? O primeiro sindicato do Maranhão. Mas eu sei que os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais foi eu quem fundei, aqui no Maranhão. Os 5 primeiros sindicatos. Rapaz, a igreja... me apoiava muito também. Rapaz, eu fui na China. Mas antes da China. Foi o MEB. O MEB de educação e cultura? O Movimento de Educação de Base. Dos trabalhadores, dos trabalhadores. Eu fui... fui do MEB, trabalhei muito no MEB, fazendo curso, ajudando. E foi indo até aqui, fui e fui fazendo coisas, fui até na China. Fui até lá para... para conversar com os companheiros (que entraram com a gente na) na Revolução. Eu ver como é que era a Revolução e aprender alguma coisa. Eu fui lá. Lá passei quase um... uns 9 meses [...] Já tinha muita luta pela terra. Já tinha... é... tinha uma luta assim, eu organizava os sindicatos, aqui na região, entendeu? Eu consegui mobilizar mais de 100 mil lavradores aqui na região do Pindaré. Eu botava numa assembleia, numa manifestação, 100 mil, já pensou? Naquela época. Era muita gente, muita gente mesmo. Por causa da questão da terra ele começou a organizar a questão da posse, da tomada das terras e das cooperativas. As cooperativas foi uma coisa que sempre acompanhou o Manoel. Eles... levava os trabalhadores a fazer as coisas em... em coletivo, entendeu? A se organizarem no cooperativismo também, que para eles ...estudando o cooperativismo [...]. (Manoel Conceição Santos, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

No relato, o senhor Manoel Conceição Santos recorre ao passado e à memória construída no processo social de lutas em décadas dedicadas a ser uma das vozes dos posseiros maranhenses. A formação dessa liderança foi construída em partidos de esquerda brasileira e no Movimento de Educação de Base – MEB, uma plataforma importante, visto que foi através deste movimento que ele obteve parte de sua formação política. A formação dos primeiros sindicatos maranhenses e as ocupações de terras devolutas nas décadas de 1960 e 1970 são as principais contribuições de Manoel, sendo o responsável pela criação do primeiro sindicato do estado, no ano de 1968, em Vitória do Mearim. Em função da ditadura militar, o senhor Manoel Conceição foi preso em 1969, ao retornar de uma viagem à China, acusado de inúmeros crimes, inclusive de ser terrorista. Manoel ficou preso por cerca de quatro anos e, em virtude da perseguição que sofria, principalmente do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, foi obrigado a deixar o país.

Em seu retorno ao Brasil, não foi possível regressar ao Maranhão, pois o Bico do Papagaio continuava sendo um espaço de conflitos violentos e de perseguição intensiva às lideranças camponesas. Manoel foi residir em Recife (Pernambuco). Na ocasião, ele e sua esposa Denise fundaram o Centro de Educação do Trabalhador – CENTRU, entidade que posteriormente foi instalada em Imperatriz, em 1986, com a volta dos dois à região. Na porção goiana, correspondente ao Bico do Papagaio, a história dos posseiros é fruto

da migração, principalmente maranhense, que até a década de 1960 era pouco expressiva, estando ligada às atividades sazonais, como a garimpagem e, principalmente, a coleta da castanha do Brasil.

Com a expansão de atividades produtivas no Maranhão, centenas de posseiros foram migrando, utilizando a navegação, para o norte goiano, buscando um pedaço de terra para o trabalho, com suas famílias, buscando certa autonomia em relação aos latifundiários, considerando que o campesinato desenvolvia o trabalho agrícola na condição de posseiros. No entanto, a chegada desses migrantes, a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, no então norte goiano, foi marcada por dificuldades, estranhamentos e muitos conflitos, quando comparados ao lado maranhense.

A senhora Raimunda Gomes da Silva, também conhecida como *Raimunda Quebradeira*, é uma das importantes lideranças das lutas sociais camponesas, reconhecida internacionalmente. Ela é uma retirante do Maranhão que migrou para o estado de Goiás. Logo percebeu as dificuldades nessa nova terra, sentindo a necessidade de uma organização mínima e contatos entre os posseiros que até então viviam isolados em suas posses. As dificuldades e estranhamentos no novo lugar estão registrados em sua memória:

Aí eu fiquei lá pelejando pra juntar um pouco, pra rezar na comunidade, porque lá eu era acostumada a tá lá junto com o padre, junto com o pessoal, catequista, todo mundo. E aqui não tinha. Aí eu disse pra mamãe, “mamãe, eu vou me embora daqui mamãe. Eu não vou morar num lugar que o povo se torna bruto, bicho bruto, não reza, nem nada. E aí, eu não vou ficar aqui, que eu não me acostumo aqui sem ser na comunidade não” [...]. (Raimunda Gomes da Silva/Raimunda quebradeira, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

Evidencia-se na narrativa de Raimunda Quebradeira a presença profética da Igreja Católica no dia a dia dos posseiros maranhenses, ao relatar as rezas nas comunidades e a presença do padre e demais membros da igreja local que formavam comunidades religiosas junto aos posseiros.

No lado goiano, a Igreja Católica estava presente na cidade de Boa Vista, atualmente Tocantinópolis (TO), todavia, as atividades religiosas ainda eram raras no extremo norte goiano. Essa “falta de comunidade” vivenciada pelos posseiros recém chegados, vindos do lado maranhense, contrasta com uma organização posseira maranhense. Tal situação começa a mudar quando, nos fins dos anos de 1970 e início da

década de 1980, a Igreja Católica inicia um processo de proximidade com os posseiros até então sem uma organização definida, conforme relata Raimunda Quebradeira e Maria Senhora, nas oralidades abaixo:

[...] quando foi em 80, a Pastoral da Terra chegou, mas só que a Pastoral da Terra chegou, ela não veio pra cá, pro São Miguel. Ela foi, ficou a Nicole e a... meu Deus, será que eu não lembro mais? Bia? Não. Não é? Ah, não. Essas aí... Aí nisso ficou a Nicole e a Lurdinha ficaram no Sampaio. Aí a Bia e a Amada foram lá pro... Centro dos Mulatos. Aí ela saiu nas comunidades fazendo reunião com o pessoal [...] Aí depois ((ênfatisou)) passou 80... 80, 81, 82 o Nicola começou a aconselhar o pessoal a criar sindicato pra defender o povo que... Aí ele começou a... a incentivar pra gente criar sindicato. Pra ter pessoas pra defender a gente. (Raimunda Gomes da Silva/Raimunda quebradeira, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

[...] tinha um missionário que se chamava Nicole, e que sempre vinha ajudando a gente para fazer as reuniões, lia a bíblia. Aí quando foi em 80, chegou a... 1981, 1982, chegou as irmãs. Amada e Bia, chegou aqui, elas são francesas, aí a coisa já estava quente [...]. E aí, eles começaram, a gente estudar a bíblia, tinha um círculo bíblico, a gente estudava, baseado em Moisés [...]. (Entrevistada 07, líder sindical, entrevista durante trabalho de campo em 2018).

No início da década de 1980, a Igreja Católica, através de missionários e missionárias, marca sua presença com visitas periódicas em casas e vilas onde viviam inúmeros posseiros. Aqueles que eram católicos, entre os migrantes maranhenses, de imediato se identificam e começam a convidar os demais a se envolverem em atividades religiosas. Nesta década, o extremo norte goiano vivia uma situação de conflitos pela posse da terra, envolvendo esses posseiros, aqueles que já habitavam há gerações, mais os posseiros recém-chegados, em confrontos com fazendeiros, grileiros, políticos locais, dentre outros que disputavam terras ocupadas e/ou devolutas.

Os inúmeros casos de violências, como queimas de casas, roças, pistolagem, somados às perdas de posses, eram acontecimentos diários. Não tendo a quem recorrer, estes sujeitos viam na figura de padres e freiras as únicas forças capazes de lhes ajudarem nessa empreitada.

Com o retorno ao extremo norte goiano do padre Josimo Tavares, na década de 1980, na condição de padre e coordenador da recém-criada Comissão Pastoral da Terra-CPT, os posseiros conquistam uma força importante na luta pela garantia de suas terras. O padre tinha uma formação teológica voltada para desenvolver trabalho cristão ao lado

dos excluídos, mais pobres, situação dos posseiros. A igreja foi auxiliando-os na construção de associações e sindicatos, conforme as oralidades abaixo:

[...] aí depois o padre Josimo chega [...] quando o padre Josimo chega aí ele fala, “não, agora tem que partir para uma outra coisa, porque tem uma organização que defende o direito de vocês, que é o sindicato de trabalhadores rurais e tem uma outra organização, tem duas. Tem a Força Sindical e tem a CONTAG e tem a federação que poderia estar sendo criada”. Aí que nós fomos criar, que já tinha criado o nosso, né? 82, aí foi, criamos regional em 90. Em 82 foi o de São Sebastião e 90 já tinha, botamos para ser o regional e criamos Carrasco Bonito, Praia Norte, e Sampaio, e Sítio Novo e Axixá. Criamos sindicato nesse mundo todo, porque a gente tinha essas irmãs que ajudavam e tinha o padre Josimo que deu essas orientações. A CPT falava também, tinha os seus advogados e ajudavam a gente a fazer isso, né? (Entrevistada 07, líder sindical, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

[...] Josimo, ele incentivava as pessoas, naquela época, a não tomarem a terra a qualquer custo, mas a permanecer, lutar. Então, ensinou as pessoas a se organizarem, formarem sindicatos [...] e aí o tempo foi passando. Então, essas organizações foram se tornando bem fortes. Em 86 o padre foi assassinado, mas eles não desistiram, e hoje a gente tem 11 assentamentos no município de Esperantina. (Entrevistada 08, professora e sindicalista, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

Como destacado nas narrativas, a década de 1980 passa, então, a ser um período de constituição de inúmeros sindicatos de trabalhadores rurais no então extremo norte goiano, com o apoio da Igreja Católica e com atuação destacada do padre Josimo Tavares, Raimunda Quebradeira e Maria Senhora, dentre outras. Tal situação gerou a ira dos fazendeiros e demais sujeitos que estavam em conflitos com posseiros.

Logo, as ameaças ao padre e ao grupo que atuava sob sua articulação começaram a ser constantes, concretizando-se no ano de 1986, na cidade de Imperatriz, nas escadarias da CPT, quando um pistoleiro assassinou o padre Josimo. Esse episódio repercutiu internacionalmente, provocando uma grande pressão por reforma agrária, principalmente, pela Igreja Católica.

Em relação aos posseiros do lado paraense, esse processo de organização dos sindicatos se deu sob “apoio” do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e do Exército:

Na verdade, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais aqui na região, os primeiros são motivados pelo próprio INCRA, no período da década de 70, com a colonização. Então, são sindicatos criados, no formato da ditadura. Foi criado pelo INCRA os primeiros sindicatos aqui. Os sindicatos de São João do Araguaia [...] foi um dos primeiros sindicatos que foi criado [...] os sindicatos

da região que eram controlados pela Eletronorte, principalmente Itupiranga, Jacundá, Tucuruí, os três principais, os bons sindicatos, os principais sindicatos, já que era controlado pela Eletronorte. (Entrevistado 09 liderança sindical em Marabá, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

Apesar de haver uma investida constante de forças militares e governamental sobre a organização dos posseiros, a década de 1980 é marcada pela constituição de organizações e sindicatos visando atuar em defesa dos camponeses posseiros, os quais fugiam do controle militar:

Em 1984 nós constituímos o CEPASP, que é Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular. Essa entidade foi criada no sentido de a gente avançar num projeto político junto aos trabalhadores aqui na região, principalmente os trabalhadores rurais, com quem a gente tinha maior relação. E nós passamos a desenvolver atividade de assessoria às delegacias sindicais – na época ainda existia delegacias sindicais [...] aqui em Marabá. E, só na década de 80 que o sindicato é construído, mas ele é construído numa outra linha, não... quando se diz que, é quando recebia-se a carta, né, que é 1980, mas ele já se constitui dentro da luta. É diferente dos outros que foram constituídos pelo INCRA. Ele já se constitui num processo da luta pela terra aqui nos lugares como o Pau Seco, Morada Nova, essa região aqui, região do café, que gera conflitos. É assim que o sindicato de Marabá se constitui. Se constitui já num processo de luta, diferente de São João, de Tucuruí, que tem força da Eletronorte, Jacundá, Itupiranga e São João, que tem a força do INCRA. (Entrevistado 09, liderança sindical em Marabá, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

Essas ações fortaleceram a luta camponesa ao passo que representavam mais um instrumento para atuarem na defesa de seus interesses, repercutindo positivamente no processo da permanência destes sujeitos em suas posses. A distribuição de terra operada pelo INCRA desdobrava-se tanto na orientação produtiva à agropecuária quanto no controle político do campesinato referente às demandas sociais e produtivas dos novos assentados, processo que ocorreu largamente em toda a Amazônia, principalmente na região da Transamazônica e no estado de Rondônia (COSTA SILVA, 2012; COSTA SILVA; SILVA; LIMA, 2019).

Na década de 1990, com a criação do estado do Tocantins, a região do Bico do Papagaio passa por uma reconfiguração territorial. Tal fato político, no processo de estratégias coletivas de resistência, tem duas proposições importantes: se por um lado o governo atuou com “mãos de ferro” sobre os posseiros, com políticas públicas e a violência em seus diversos aspectos, por outro lado, foi uma oportunidade para a

ampliação de entidades que atuassem no campo político para representar os posseiros que, desde a criação dos sindicatos, estavam na condição de trabalhadores rurais.

É exatamente no início desta nova década que chega à região o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e, conforme descreve Pereira (2013), ocorre um deslocamento na luta pela terra, visto que, até então, lutava-se na maioria das vezes para permanecer na terra, nas posses. A partir desse momento, a luta se amplia com a introdução dos acampamentos no interior de áreas públicas griladas, nos latifúndios improdutivos, pressionando o Estado por reforma agrária. Inseria-se o morador de periferia urbana na luta pela terra, visto que em algum momento da história do Bico do Papagaio as inúmeras famílias de posseiros foram expropriadas e a única alternativa que lhes restou foi migrar para as periferias das cidades, a exemplo de Marabá (PA), Imperatriz (MA), Araguaína (TO) e outras cidades menores da região. Esses coletivos são então convidados a participarem dos acampamentos e, juntamente com outros trabalhadores, a lutarem por Reforma Agrária. Portanto, é a partir da ação do MST, no Bico do Papagaio, que os trabalhadores rurais saem da condição de trabalhadores rurais sindicalizados e passam a ser reconhecidos como sem-terra, construindo a luta e as primeiras ocupações de terras, na década de 1990, na região do Bico do Papagaio (PEREIRA, 2013).

Posteriormente, na década seguinte, sendo mais preciso, no ano de 2003, o Estado brasileiro reconheceu a condição quilombola dos sujeitos negros descendentes de escravos no país, instituindo marcos regulatórios para a titulação de suas terras, chamadas de territórios quilombolas (BRASIL, 2003). Apesar de haver inúmeras instituições em defesa dos diversos sujeitos do campo no Bico do Papagaio, os sujeitos reconhecidos na condição de quilombolas, a partir de 2003, começaram a construção de sua agenda de luta “por dentro” de uma série de instituições não governamentais, como o MST, dentre outros. De acordo com uma das lideranças quilombolas, assim deram os primeiros passos:

O movimento quilombola do Tocantins tem uma especificidade, porque ele começa sendo articulado, justamente por algumas instituições. Por ter pouco movimento negro, e o movimento negro não estar tão forte, dialogando tão forte nesse período aí de 2010, 2012, a gente não estava ainda com debate sobre essa temática, como nós temos hoje. As lideranças começaram dialogando, enquanto quebradeiras de coco, dialogando, dentro do MST, dialogando dentro de outros movimentos, sobretudo os movimentos do campo. A gente debatia o movimento quilombola por dentro do bojo do movimento do campo. E, dentro desse aspecto, é que as lideranças passaram a se organizar para criar uma

coordenação de quilombo. E essa coordenação foi estruturada e recebe a nomenclatura de COEQTO, que é Coordenação Estadual de Quilombo. (Entrevistada 05, liderança quilombola da Ilha de São Vicente, entrevista concedida durante trabalho de campo em 2018).

Com a recém-criada Coordenação Estadual dos Quilombolas do Tocantins (COEQTO) os quilombolas ampliaram a agenda de luta e estratégias de resistência. O desafio seguinte ainda está em construção, com vista à criação e organização de associações em todas as comunidades quilombolas da região. Dentre as quatro existentes, Carrapiché, Siriaco, Prachata e Ilha de São Vicente, apenas esta última comunidade possui uma associação registrada e em funcionamento, sendo que as demais ainda se encontram em trâmites burocráticos para funcionamento.

As narrativas dos sujeitos sociais ao longo desses 15 anos de reconhecimento de direitos dos quilombolas no Brasil expõem que há um longo caminho a ser percorrido no Bico do Papagaio para se garantir direitos a esses sujeitos que, desde à época de colônia, vivem na condição de subalternos. As dificuldades que estes estão enfrentando para regularizar as associações nos seus territórios demonstram o quanto são carentes de informações básicas em relação aos direitos e deveres constitucionais, e à necessária ação de cooperação com os demais movimentos socioterritoriais.

Considerações finais

Se há uma região no Brasil onde os conflitos agrários e territoriais aparecem como particularidade na geografia das lutas camponesas contemporânea, certamente o Bico do Papagaio se destaca nessa triste história escrita com sangue de homens e mulheres que sonharam, ousaram e lutaram por um bem comum, ou que deveria ser comum a todos, a terra de trabalho. Essa grande área, que envolve parte dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, foi objeto de políticas públicas desde a década de 1960, as quais asseguraram as condições para a penetração da agropecuária, mineração e hidrelétrica, expandindo a reprodução ampliada do capital na Amazônia brasileira.

No âmbito desses processos socioespaciais de inserção do Estado e capital, a região foi reconfigurada para servir como recurso à exploração econômica, ou seja, o *território como recurso* nas proposições de Jean Gottmann, ou a *fronteira de recurso*, nas palavras de Bertha Becker. Como se sabe, a marcha do capitalismo se faz

indissociavelmente com a violência; sua modernização produz *pari passu* a desigualdade social e espacial. As consequências desse processo no Bico do Papagaio foi o aumento de centenas de conflitos envolvendo a posse de terras e de territórios, obrigando o campesinato, no percurso das lutas, a reagir e organizar-se dado as desterritorializações decorrentes.

Os embates ocorridos forçaram o campesinato a construir inúmeras estratégias coletivas de poder (territorialidades), particularmente com os posseiros, sem-terra e quilombolas. Todas essas estratégias conformam em suas territorialidades, redes de poder, sem a qual as lutas sociais por terra e território encontram muitos desafios. No primeiro momento, o *sindicalismo* foi a estratégia para mobilizar os posseiros, os lavradores, a lutarem pela sua condição de trabalho – a posse. Deve-se destacar o papel fundamental da Igreja Católica, como as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, o Movimento de Educação de Base – MEB e a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Foi a partir da atuação dos sindicatos fundados na luta diária contra o latifúndio e as expropriações dos posseiros, que estes sujeitos tiveram um amparo para se defenderem das ameaças que diuturnamente os rodeavam com atos de violências, como queimas de casas e roças, pistolagem, emboscadas, dentre outros.

O *associativismo* constitui outra prática territorial, a nosso ver, fundamental no processo de garantia do território, tanto para os sem-terra, quanto para os quilombolas, visto que, a partir das associações, ocorrem, atualmente, encontros e debates de cunho mais localizados para pensarem estratégias de manutenção e de vida social em seus territórios. De outra forma, as associações comparecem como organização social de base em todos os projetos de assentamentos e constam como uma obrigatoriedade da política do INCRA para acessarem recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF. Contudo, por vezes, o associativismo, nos territórios, é visto também por uma outra perspectiva, a da “desintegração” e, de certa forma, de “fragilização” dos sindicatos e da luta social, que, em certo período, aglutinavam milhares de trabalhadores rurais com as pautas construídas coletivamente. Atualmente, vê-se uma dispersão e fragmentação na luta do sindicalismo rural, em boa parte, pela atomização do associativismo, atingindo, principalmente, os assentamentos rurais.

Na construção da geografia das lutas sociais no/do campo, as territorialidades dos sujeitos sociais podem ser pensadas e registradas a partir das narrativas, das memórias de

homens e mulheres que em certo período do tempo, dedicaram suas vidas à organização dos movimentos sociais e do sindicalismo rural. Essas memórias, como recurso metodológico, revelam um passado presente, compondo o território e as territorialidades com as marcas registradas nas memórias de lutas que também fazem a geografia do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. et al. **Nova cartografia social da Amazônia: série movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos**. Fascículo 05. Quebradeiras de coco babaçu do Pará. São Luís: 2005.
- ALMEIDA, A. W. B. et al. (org.). **Mineração e Garimpo em Terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas**. 1. Ed. Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.
- BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.
- BRASIL. **Decreto Nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 03 mar. 2018.
- CHAVES, P. R. **Rebeldia e Barbárie: Conflitos Socioterritoriais na Região do Bico do Papagaio**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2015.
- COSTA SILVA, R. G. Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970-1995). In: ALMEIDA SILVA, A; NASCIMENTO SILVA, M. G. S; SILVA, R. G. C. (Orgs.) **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: reflexões geográficas**. Curitiba: Editora SK, 2012.
- COSTA SILVA, R. G; SILVA, V. V; LIMA, L. A. P. Os novos eixos da fronteira na Amazônia ocidental. **Confins**, v. 43, p. 1-6, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/24950>. Acesso em: 21 maio 2020.
- COSTA SILVA, R. G; LIMA, L. A. P. A espiral da desgraça: notas para um debate sobre mineração em áreas indígenas, direitos humanos e território dos povos amazônicos. **Boletín Geocrítica Latinoamericana**, N° 04, p. 104-113, abril, 2020. Disponível em: <https://www.clasco.org/boletin-04-geocritica-latinoamericana/#.Xpnmnat43e-s.whatsapp> . Acesso: 30 outubro 2020.
- GOTTMANN, J. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, v. 14, n. 3, pp. 29–47, 1975.

- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, A. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no programa grande carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1991.
- HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Ed. UFPA, 2004.
- KOTSCHO, R. **O Massacre dos posseiros**: conflitos de terras no Araguaia-Tocantins. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PEREIRA, A. R. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2013.
- POLLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SADER, R. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. 1987. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 1987.
- SADER, R. Lutas e imaginário camponês. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 2, n. 1, pp. 115-125, 1990.
- SANTOS, L. L. **Territorialidades transfronteiriças de poder do Bico do Papagaio**: Pará, Tocantins e Maranhão, na temporalidade de 1970 a 2016. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2019.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Recebido em 22/05/2020.
Aceito para publicação em 25/09/2020.